

The background is a light blue gradient with various numbers and binary code. Large, stylized numbers like '4', '5', '6', '7', '8', and '9' are scattered across the page. Some are solid blue, some are white outlines, and some are in small boxes. Binary code (0s and 1s) is visible in the upper and lower sections. The overall aesthetic is clean and modern.

**ORÇAMENTO ORDINÁRIO
PARA O ANO DE 2010**

I - PLANO DE ACTIVIDADES	3
II - ORÇAMENTO	4
1. ABERTURA	
2. CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS	4
3. EXPLICITAÇÃO ORÇAMENTAL	4
4. MAPAS.....	6
4.1 - Resumo do Orçamento de Receitas	6
4.2 - Resumo do Orçamento de Despesas.....	6
4.3 - Desenvolvimento do Orçamento de Receitas	7
4.4 - Desenvolvimento do Orçamento de Despesas	8
III - PARECER DO CONSELHO FISCAL	11
IV - QUADRO DE PESSOAL.....	12

I - PLANO DE ACTIVIDADES

Nota introdutória

De acordo com os objectivos estratégicos definidos para o triénio 2008-2010, o Plano de Actividades para 2010 vai ser um plano de continuidade, no sentido positivo e crescente, centrado nos seguintes pilares de desenvolvimento:

- Reforço do processo associativo e da fidelização dos sócios;
- Incrementação das regalias dos sócios;
- Aumento da eficiência global do cofre;
- Aumento do nível de competências dos colaboradores.

1. Neste sentido, definimos como grandes estratégias (ou indicadores), para atingir os objectivos do Cofre para 2010, as seguintes:

Objectivos Estratégicos 2008-2010

Objectivos	Indicadores	Metas
OB1 Aceleração do processo de actualização da base de dados dos sócios	Ind 1 - Melhorar o sistema de comunicação com o sócio, criando um novo canal Ind. 2 – Intensificar a campanha de actualização dos dados dos sócios, nomeadamente o NIF	Sim +80%
OB2 Fidelização dos sócios e reforço do n.º de inscrições com vista a inverter a tendência negativa	Ind 3 - Aumentar o n.º. de Sócios admitidos (relativamente a 2007) Ind 4 - Reduzir o n.º. de sócios eliminados (relativamente a 2007)	+ 10% - 10%
OB3 Incrementação das regalias dos sócios	Ind 5 - Aumentar n.º de protocolos em relação a 2009 Ind 6 - Diversificar geograficamente os protocolos relativamente a Lisboa (Taxa de diversificação)	+ 15 % + 10 %
OB4 Melhorar a eficiência global do Cofre, através da racionalização dos recursos disponíveis	Ind 7 - Aumentar o resultado global (relativamente a 2007) Ind 8 - Reduzir o deficit dos lares e centros de lazer (relativamente a 2007) Ind 9 - Recuperar dívidas em contencioso	+ 10 % -20% 20%
OB5 Aumentar o nível de competências dos colaboradores	Ind 9 - Nº de acções de Formação/trabalhador	1

2. PROJECTOS DE INVESTIMENTO PARA 2010

2.1 Lar da 3ª idade de Arcozelo

Ultrapassada a inevitável burocracia, podemos agora afirmar com alguma segurança que o Lar de Arcozelo vai mesmo arrancar em 2010, encontrando-se o programa do concurso e respectivo caderno de encargos quase ultimados, de forma a desencadear todo o processo de selecção e respectiva adjudicação.

De acordo com o organigrama financeiro, prevemos um encargo de 1 250 000 €, para o ano de 2010, a que corresponde um período de obra de 10 meses.

2.2 Lar da 3ª idade, Creche, Pré-Escolar e ATL de Queluz

Quanto a este empreendimento, tendo em conta os últimos contactos com a C. M. Sintra, aguarda-se o despacho de licenciamento que permitirá desencadear o processo de concurso para adjudicação da obra. A confirmar-se o que acima se refere, estimamos que o investimento para 2010 ronde um milhão de euros, a que corresponde um período de obra de 6 meses.

2.3 Remodelação do Piso Térreo da Rua do Arsenal

Em relação á remodelação deste piso, com vista à criação de um espaço multiusos (para a realização de assembleias gerais, de acções de formação, de exposições, bem como de outras actividades de interesse dos nossos associados), estamos em condições de lançar

o concurso para adjudicação da obra.

Prevê-se que o investimento seja de 85 000 €.

3. FINANCIAMENTO À HABITAÇÃO

Tendo em conta a contenção por parte das Instituições Bancárias relativamente aos empréstimos à habitação e ao aumento de pedidos para este fim, mantemos a verba orçamentada em 2009, três milhões de euros, já que a mesma havia sido reforçada em 100%, relativamente a 2008.

4. RECURSOS HUMANOS

A valorização dos recursos humanos e o reconhecimento do mérito como factor decisivo na progressão profissional, serão efectuados num quadro de melhoria da eficiência e da produtividade, através da promoção da formação profissional, da polivalência de funções, da mobilidade interna, e da aplicação de regras de avaliação de desempenho mais objectivas. Este processo exige uma avaliação rigorosa das competências existentes e deverá conduzir a uma optimização dos recursos humanos.

Implementado o Sistema de Avaliação de Desempenho, prevê-se a realização de acções de formação nas áreas de desenvolvimento pessoal e técnico. O investimento previsto para Formação em 2010 é de 50.000,00 euros.

II - ORÇAMENTO ORDINÁRIO PARA O ANO DE 2010

SENHORES ASSOCIADOS:

Em cumprimento do disposto no Art.º 98º dos Estatutos, apresentamos o Orçamento Ordinário para o ano de 2010.

1.- Abertura

Na elaboração do Orçamento tivemos em consideração o contexto de crise internacional que se vive, com repercussões internas adversas aos cidadãos em geral e aos associados do Cofre em particular. Assim, o Orçamento para 2010 é marcadamente de responsabilidade financeira e social.

Nesse sentido, se planificaram os projectos e actividades do Cofre, por forma a trabalharmos com vista a atingirmos os objectivos estratégicos a que nos propusemos para o triénio.

O Orçamento que vos apresentamos é um instrumento de trabalho útil, fiável e exequível, no contexto actual, que permitirá gerir adequadamente a Instituição, proporcionando-lhe níveis seguros de crescimento futuro.

Neste Orçamento, continuarão os investimentos na área social, no que respeita essencialmente a Lares, Lazer, financiamento à habitação e pessoal (abonos reembolsáveis).

2. - Considerações Técnicas

É a planificação da actividade para o próximo ano que constitui a base da previsão de receitas a arrecadar e de despesas a efectuar, utilizando critérios que entendemos suficientes e indispensáveis para lhes imprimir a segurança e o rigor imprescindíveis, não deixando, por outro lado, de ter em atenção o factor “aleatoriedade” de que algumas rubricas se revestem.

A análise do comportamento das diferentes variáveis, que é feita ao longo do ano em curso, comparada com a de anos anteriores, permite concluir que os pressupostos aqui traduzidos em números são perfeitamente realizáveis e coerentes com os objectivos que queremos concretizar.

O Orçamento, na óptica das receitas e despesas públicas, confina-se a um “Mapa de Tesouraria”, porque apenas reflecte os movimentos de recebimentos e pagamentos ocorridos no decurso do ano a que respeita. É óbvio que tem de ter como premissas os prazos de recebimento, de pagamento e os saldos que, provavelmente, existirão à data de 31 de Dezembro de 2009.

Neste Orçamento, os pagamentos das despesas correntes e de capital (Investimentos) são apresentados com dedução do IVA facturando, quando se relacionem com actividades passíveis deste imposto. Também a receita é líquida de IVA.

A receita relativa à diferença entre os valores a liquidar e os dedutíveis, porque estes se admitem superiores aos primeiros, é inserida em “Operações extra – orçamentais”.

3.- Explicação Orçamental

Na explicação orçamental incluiremos, apenas, as rubricas que, pelo seu peso percentual, mereçam ser objecto de comentários.

3.1. Receitas Correntes

Para o total de 6.761.000,00 € previstos em Receitas Correntes, as componentes que assumem maior importância pelo seu peso percentual são, como todos sabemos, os recebimentos de “Rendimentos da propriedade” e de “Transferências correntes”, os primeiros respeitantes aos juros obtidos com os empréstimos concedidos e os segundos referentes aos recebimentos de Quotização, Serviços prestados nos empreendimentos do Vau, Lares de Loures e de Vila Fernando, bem como na unidade de turismo rural da Covilhã.

3.1.1 – Rendimentos da Propriedade

Um dos capítulos que integram as “Receitas Corrente” é o de “Rendimento da Propriedade”.

3.1.1.1.- “Juros - Famílias” – “Abonos Reembolsáveis”

No conjunto dos financiamentos que concedemos, são os abonos reembolsáveis que apresentam maior procura. Contribuem para este afluxo, as condições de reembolso, quer no que respeita a prazos, quer no que se refere a taxas de remuneração.

3.1.1.2.- “Juros - Famílias” – “Propriedade Resolúvel” e “Obras de Beneficiação”

Quanto à propriedade resolúvel, tivemos por base uma procura idêntica à que se verificou no último ano, pelo que mantemos a dotação do ano de 2009.

3.1.1.3- “Juros – Sociedades Financeiras”

Os juros estimados nesta rubrica são inerentes às “Aplicações de tesouraria” existentes nesta data e que manteremos em 2010, bem como às de novas aplicações a efectuar no período em questão.

No ano orçamentado, prevemos uma diminuição das disponibilidades de capitais, que decorre da diferença entre os recursos obtidos no ano, mais os transitados de 2009 e o somatório das aplicações em Investimentos e Financiamentos previstos para 2010, que resultaram da diminuição da taxa de juro nos depósitos a prazo. Por estas razões, estimamos uma receita próxima de 230.000,00 €.

Esperamos que o valor a cobrar em “Rendimentos da propriedade – Famílias”, ou seja, o total de juros provenientes dos financiamentos à habitação e de abonos reembolsáveis, seja na ordem de 1.132.000,00 €.

Assim, em “Rendimentos da propriedade” estimamos um total de 1.373.000,00 €, sendo 1.132.000,00 € relativos a “Juros - Famílias”, 11.000,00 € de juros provenientes da imobilização financeira em Títulos de dívida pública e 230.000,00 € de “Juros -Sociedades financeiras”.

3.1.2 - Transferências Correntes

3.1.2.1 - Famílias

Para o conjunto de receitas provenientes de Quotização, Centro de Lazer -Vau, Lares de Loures e de Vila Fernando e Unidade de Turismo Rural - Covilhã, prevê-se um total de 4.968.000,00 €.

Quanto à Quotização, a avaliar pela análise efectuada, continua a verificar-se o seu crescimento, que é explicado pela média das quotas dos sócios novos ser superior à média das quotas dos sócios falecidos e eliminados. Com base na análise deste crescimento, podemos estimar que do proveito total a obter no ano de 2010, somado do saldo previsto para 31 de Dezembro de 2009 e deduzido do saldo provável em 31 de Dezembro de 2010, sejam cobrados, no decurso do ano orçamentado, 3.272.000,00 €.

Da ocupação dos apartamentos do Centro de Lazer – Vau, podemos estimar que a cobrança desta receita seja de aproximadamente 525.000,00 €.

Dado o aumento da capacidade do Lar de Loures, com a conclusão

das obras de ampliação, estima-se uma receita de 590.000,00 €. Para o Lar de Vila Fernando, cuja capacidade máxima de ocupação já se atingiu, prevemos uma receita de 296.000,00 €.

Apesar da divulgação e da boa receptividade em relação ao empreendimento da Covilhã, continuamos a acautelar a receita da actividade desenvolvida na Unidade de Turismo Rural, estimando apenas 285.000,00 €, ou seja, o equivalente a 40% da capacidade existente.

3.1.2.2.- Venda de bens e serviços correntes

Este capítulo agrega as receitas provenientes de “venda” de outros serviços que prestamos, tais como viagens, arrendamento de habitações e edifícios (lojas do Vau), etc., a realizar em 2010, e, ainda, a cobrança de saldos transitados de 2009, que esperamos atinjam o valor de 357.000,00 €.

3.1.2.3.- Outras receitas correntes

Neste capítulo, incluem-se as receitas referentes a reembolso de IVA do ano de 2010.

3.2.- Receitas de Capital

3.2.1.- Activos Financeiros

Ponderados os pressupostos que a previsão destes recursos deve conter, estima-se que as receitas de “Activos financeiros” se aproximem dos 5.988.000,00 €.

Para os “Abonos reembolsáveis”, procedemos ao cálculo do retorno de capital com base no prazo máximo de reembolso, embora a escolha dos associados seja diversificada.

Reforçando a margem de segurança nas estimativas efectuadas, no valor dos “Activos financeiros”, foi também calculada e deduzida uma percentagem de novos valores para contencioso.

3.2.2.- Outras Receitas de Capital

Por razões de natureza diversa, não foram totalmente utilizados os recursos disponíveis, prevendo-se que o valor que constitui o “Saldo da gerência anterior”, a transitar para o ano de 2010, seja na ordem de 8.610.000,00 €.

3.3- Operações extra - orçamentais

Em “Operações de tesouraria – Retenção de receitas do Estado” são inseridos os descontos efectuados nos vencimentos dos funcionários, bem como os encargos do Cofre, a entregar ao Estado no mês subsequente, tendo a correspondente contrapartida na rubrica com a mesma denominação em “Despesas”.

As “Outras Operações de Tesouraria” respeitam ao valor de reembolso de IVA esperado, somado do IVA liquidado e de acordo com as previsões das actividades passíveis deste imposto.

As “Outras Operações de Tesouraria” incluem também os fluxos relativos às operações com terceiros e que não constituem “receita” ou “despesa” mas que têm expressão na tesouraria.

3.4.- Despesas Correntes

Nas Despesas Correntes inserem-se as Despesas com o pessoal, a Aquisição de bens e serviços e Transferências correntes, como despesas de maior volume.

Em “Despesas com o pessoal”, contámos com um eventual aumento da massa salarial, devido ao ajustamento do Quadro de Pessoal do Lar de Loures, adequado ao aumento da capacidade instalada.

Em “Aquisição de bens e serviços”, foram incluídas as despesas respeitantes aos fornecimentos e serviços adquiridos a entidades externas e que se tornam indispensáveis ao funcionamento das

diversas actividades da Instituição, bem como o valor de acordos com outras entidades para aumento da oferta, na área de férias, aos associados.

Em “Transferências correntes”, ajustamos os valores das rubricas que compõem este Grupo e de acordo com os acontecimentos verificados ao longo do ano, elevando a previsão total para 450.000,00 €.

Continuamos a manter a rubrica “Dotação provisional” com um valor simbólico, mas que julgamos tecnicamente correcto, prevenindo a eventualidade de fazer face a pagamentos inadiáveis e não previstos.

O total de despesas correntes estimado atinge os 3.610.000,00 €.

3.5.- Despesas de Capital

O financiamento da tesouraria tem sido efectuado com o somatório dos fundos que se prevê existirem no final do ano de 2009 e dos recursos estimados para o ano do Orçamento.

As componentes de maior volume são a “Aquisição de bens de capital” e os “Activos financeiros”, esta última subdividindo-se em “Empréstimos de curto e médio e longo prazos” – “Sociedades financeiras” e “Famílias”. Nas “Famílias” são incluídas as dotações que entendemos necessárias à satisfação dos pedidos de financiamento à habitação e outros, tendo em conta a análise do comportamento dos associados nesta área.

A componente “Aquisição de bens de capital”, mais concretamente, os Investimentos, diz respeito aos valores previstos para novas realizações, aumentos de Activos decorrentes de grandes beneficiações a efectuar em edifícios e habitações, ou substituição de bens em mau estado de uso. Para esta componente prevê-se um total de 2.984.000,00 €.

Os excedentes possíveis estão integrados nas rubricas das Sociedades Financeiras, o que equivale a dizer que se estima que o Saldo no fim do ano de 2010 seja de 3.375.000,00 €, uma parte aplicada em diversos produtos financeiros a médio e longo prazos e outra em disponibilidades de curto prazo.

Das dotações que compõem estas despesas com “Famílias”, salientamos:

- Empréstimos a médio e longo prazo (financiamento para aquisição de habitação, transferências de hipotecas e obras de beneficiação): 3.300.000,00 €;
- Abonos reembolsáveis e Outros empréstimos: 6.070.000,00 €;
- Segundas tranches e seguintes, de empréstimos para a construção e beneficiação de habitação: 20.000,00 €;

Esperamos, assim, que possa merecer a vossa aprovação.

Lisboa, 12 de Novembro de 2009

A DIRECÇÃO

Manuel Joaquim Empina Mósca

António Fonseca Pinto da Silva

António da Silva Pereira

Maria Manuela Gomes Machado Inácio

Maria Rosa Quedas de Almeida

Maria da Piedade de Jesus Sousa

José Manuel Alves da Silva

4. Mapas

4.1. Resumo do Orçamento das Receitas

Unidade: 1000€

CAPÍTULO	DESIGNAÇÃO	VALOR
	RECEITAS CORRENTES	
04	Taxas, multas e outras penalidades	28,00
05	Rendimentos da propriedade	1.373,00
06	Transferências correntes	4.968,00
07	Venda de bens e serviços correntes	357,00
08	Outras receitas correntes	35,00
	Total de receitas correntes	6.761,00
	RECEITAS DE CAPITAL	
11	Activos financeiros	5.988,00
16	Saldo da gerência anterior	8.610,00
	Total de receitas de capital	14.598,00
17	Operações extra-orçamentais	1.500,00
	Total orçamentado	22.859,00

4.2. Resumo do Orçamento das Despesas

Unidade: 1000€

AGRUPAMENTO	DESIGNAÇÃO	VALOR
	DESPESAS CORRENTES	
01	Despesas com o pessoal	1.839,00
02	Aquisição de bens e serviços	1.271,00
03	Juros e outros encargos	35,00
04	Transferências correntes	450,00
06	Outras despesas correntes	15,00
	Total de despesas correntes	3.610,00
	DESPESAS DE CAPITAL	
07	Aquisição de bens de capital	2.984,00
09	Activos financeiros	12.765,00
10	Passivos financeiros	2.000,00
	Total de despesas de capital	17.749,00
12	Operações extra-orçamentais	1.500,00
	Total orçamentado	22.859,00

4.3. Desenvolvimento do Orçamento das Receitas

Unidade: 1000€

Capítulo	Grupo	Artigo	Designação	Artigo	Grupo	Capítulo
RECEITAS CORRENTES						
04	02		Taxas, multas e outras penalidades			
			Multas e outras penalidades			
		01	Juros de Mora	14,00		
		99	Multas e penalidades diversas	14,00	28,00	28,00
05	02		Rendimentos da propriedade			
			Juros - Sociedades financeiras			
		01	Bancos e outras instituições financeiras	230,00	230,00	
		03	Juros - Administrações públicas			
		02	Juros - Administ.central - Serviços e fundos autónomos	11,00	11,00	
		05	Juros - Famílias		1.132,00	1.373,00
06	08		Transferências correntes			
			Famílias			
		01	Famílias	4.968,00	4.968,00	4.968,00
07	02		Venda de bens e serviços correntes			
			Venda de Serviços			
		99	Outros	39,00	39,00	
		03	Rendas			
		01	Habitações	262,00		
		02	Edifícios	56,00	318,00	357,00
08	01		Outras receitas correntes			
			Outras			
		99	Outras	35,00	35,00	35,00
Total de receitas correntes						6.761,00
RECEITAS DE CAPITAL						
11	03		Activos financeiros			
			Títulos a médio e longo prazos			
		04	Administ.pública-Adm.central-Serv. e fundos autónomos	1,00	1,00	
		06	Empréstimos a médio e longo prazos			
		10	Famílias	5.987,00	5.987,00	5.988,00
16	01		Saldo da gerência anterior			
			Saldo orçamental			
		01	Na posse do serviço			
			A - Tesouraria (Bancos e Caixa)	1.060,00		
			B - Instituições Financeiras (Saldo de aplicações)	7.550,00	8.610,00	8.610,00
Total de receitas de capital						14.598,00
17	01		Operações extra - orçamentais			
			Operações de tesouraria - Retenção de receitas do Estado		500,00	
		02	Outras operações de tesouraria		1.000,00	1.500,00
Total orçamentado						22.859,00

4.4. Desenvolvimento do Orçamento das Despesas

Unidade: 1000€

Agrup.	Subagrup	Rubrica	Designação	Alín/Rubrica	Subagrupam	Agrupamento
			DESPESAS CORRENTES			
01			Despesas com o pessoal			
	01		Remunerações certas e permanentes			
		03	Pessoal dos quadros - Regime de função pública	913,00		
		04	Pessoal dos quadros - Regime cont.indiv.trabalho	1,00		
		06	Pessoal contratado a termo	26,00		
		07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	1,00		
		08	Pessoal aguardando aposentação	5,00		
		09	Pessoal em qualquer outra situação	3,00		
		11	Representação	5,00		
		13	Subsídio de refeição	89,00		
		14	Subsídio de férias e de Natal	158,00		
		15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	5,00	1.206,00	
	02		Abonos variáveis ou eventuais			
		02	Horas extraordinárias	15,00		
		04	Ajudas de custo	3,00		
		05	Abono para falhas	4,00		
		06	Formação	50,00		
		07	Colaboração técnica e especializada	1,00		
		11	Subsídio de turno	30,00		
		12	Indemnizações por cessação de funções	2,00		
		13	Outros suplementos e prémios	135,00		
		14	Outros abonos em numerário ou espécie			
			A - Remunerações de corpos gerentes	37,00		
			B - Outros abonos em numerário ou espécie	1,00	278,00	
	03		Segurança social			
		01	Encargos com a saúde	50,00		
		03	Subsídio familiar a crianças e jovens	11,00		
		04	Outras prestações familiares	1,00		
		05	Contribuições para a segurança social	179,00		
		08	Outras pensões	93,00		
		09	Seguros	20,00		
		10	Outras despesas de segurança social	1,00	355,00	1.839,00
02			Aquisição de bens e serviços			
	01		Aquisição de bens			
		01	Matérias primas e subsidiárias	1,00		
		02	Combustíveis e lubrificantes	40,00		
			A transportar	41,00		1.839,00

Desenvolvimento do Orçamento das Despesas

Unidade: 1000 €

Agrup.	Subagrup	Rubrica	Designação	Alín/Rubrica	Subagrupam	Agrupamento
			Transporte	41,00		1.839,00
		04	Limpeza e higiene	40,50		
		06	Alimentação - Géneros para confeccionar	103,00		
		07	Vestuário e artigos pessoais	3,00		
		08	Material de escritório	18,50		
		11	Material de consumo clínico	6,50		
		13	Material de consumo hoteleiro	8,00		
		15	Prémios, condecorações e ofertas	9,00		
		17	Ferramentas e utensílios	14,00		
		18	Livros e documentação técnica	1,00		
		21	Outros bens	35,00	279,50	
	02		Aquisição de serviços			
		01	Encargos das instalações	134,00		
		02	Limpeza e higiene	33,00		
		03	Conservação de bens	94,80		
		09	Comunicações	112,00		
		10	Transportes	2,00		
		11	Representações dos serviços	2,00		
		12	Seguros	41,00		
		13	Deslocações e estadas	6,00		
		14	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	4,00		
		15	Formação	5,00		
		17	Publicidade	7,00		
		18	Vigilância e segurança	3,00		
		19	Assistência técnica	10,00		
		20	Outros trabalhos especializados	467,00		
		25	Outros serviços	70,70	991,50	1.271,00
03			Juros e outros encargos			
	05		Outros juros			
		02	Outros	35,00	35,00	35,00
04			Transferências correntes			
	07		Instituições sem fins lucrativos			
		01	Instituições sem fins lucrativos	1,00	1,00	
	08		Famílias			
		02	Outras			
			A - Subsídios por morte, de luto e funeral	350,00		
			B - Reembolso de vencimentos perd. por doença	72,00		
			C - Quotas a restituir - Artº 14º dos Estatutos	16,00		
			D - Rendas vitalícias	10,00		
			E - Subsídios sociais	1,00	449,00	450,00
			A transportar			3.595,00

Desenvolvimento do Orçamento das Despesas

Unidade: 1000 €

Agrup.	Subagru	Rubrica	Designação	Alin/Rubrica	Subagrupam	Agrupamento
			Transporte			3.595,00
06			Outras despesas correntes			
	01		Dotação provisional		10,00	
	02		Diversas			
		01	Impostos e Taxas	1,00		
		03	Outras			
			A - Restituições	3,00		
			B - Diversos	1,00	5,00	15,00
			Total de despesas correntes			3.610,00
			DESPESAS DE CAPITAL			
07			Aquisição de bens de capital			
	01		Investimentos			
		02	Habitacões	180,00		
		03	Edifícios	2.535,00		
		04	Construções diversas	12,00		
		05	Melhoramentos fundiários	5,00		
		06	Equipamento de transporte	10,00		
		07	Equipamento de informática	10,00		
		09	Equipamento administrativo	10,00		
		10	Equipamento básico	215,00		
		12	Artigos e objectos de valor	2,00		
		15	Outros investimentos	5,00	2.984,00	2.984,00
09			Activos financeiros			
	05		Empréstimos a curto prazo			
		03	Sociedades financeiras-Bancos e out.instit.financeiras	935,00	935,00	
	06		Empréstimos a médio e longo prazos			
		03	Sociedades financeiras-Bancos e out.instit.financeiras	2.440,00	2.440,00	
		13	Famílias - Outras			
			A - Propriedade resolúvel	3.000,00		
			B - Beneficiação em casa dos sócios	300,00		
			C - Subsídios reembolsáveis	6.000,00		
			D - Outros empréstimos ou adiantamentos	70,00		
			E - Empréstimos para construção e beneficiação, concedidos em anos ant.-2ª tranche e seguintes	20,00	9.390,00	12.765,00
10			Passivos financeiros			
	06		Empréstimos a médio e longo prazos			
		03	Sociedades financeiras-Bancos e out.instit.financeiras	2.000,00	2.000,00	2.000,00
			Total de despesas de capital			17.749,00
12			Operações extra-orçamentais			
	01		Operações de tesouraria - Entrega de receitas do Estado		500,00	
	02		Outras operações de tesouraria		1.000,00	1.500,00
			Total orçamentado			22.859,00

III- PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da Lei e dos Estatutos, apresentamos o nosso Parecer sobre a proposta de orçamento do COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO, para o exercício de 2010.

Este Conselho analisou a proposta de orçamento elaborada pela Direcção, designadamente, as estimativas e pressupostos que estiveram subjacentes à sua elaboração e a quantificação das receitas e despesas, tendo-os considerado coerentes com as realizações anteriores e com as perspectivas estratégicas que lhes serviram de suporte.

Por se tratar de um orçamento, este Conselho alerta os destinatários para o facto da realização orçamental poder vir a ser diferente da proposta, no caso dos pressupostos não ocorrerem na exacta medida como foram previstos.

Não chegou ao conhecimento deste Conselho qualquer informação que permita concluir que as estimativas e pressupostos não proporcionam uma base razoável para a preparação do orçamento que nos foi apresentado.

PARECER

O Conselho Fiscal concluiu que a proposta de orçamento apresentada é razoável e coerente, foi preparada com base na projecção dos valores históricos e em estimativas e pressupostos credíveis, decorrentes do plano de actividades e estratégia definidas pela Direcção, merece a nossa concordância e está em condições de poder ser aprovada.

Lisboa, 16 de Novembro de 2009.

O Conselho Fiscal

Fernando Jorge Rodrigues Soares

Joaquim de Jesus Gonçalves

Acácio Nascimento Jacob

IV - QUADRO DE PESSOAL

(Lei 12-A/2008, de 27.02 e Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11.07)

SEDE

GRUPO DE PESSOAL	CARREIRA	CATEGORIA/CARGO	Nº DE LUGARES
DIRIGENTE		Director de Serviços	1
		Chefe de Divisão	3
TÉCNICO SUPERIOR	Técnico Superior	Técnico Superior	11
TÉCNICO DE INFORMÁTICA	Técnico De Informática	Técnico do Grau 2	1
TÉCNICO	Assistente Técnico	Assistente Técnico	19
OPERACIONAL	Assistente Operacional	Assistente Operacional	3

LAR DE LOURES

GRUPO DE PESSOAL	CARREIRA	CATEGORIA/CARGO	Nº DE LUGARES
TÉCNICO SUPERIOR	Técnico Superior	Técnico Superior	1
TÉCNICO	Assistente Técnico	Assistente Técnico	2
OPERACIONAL	Encarregado Operacional	Encarregado Operacional	1
	Assistente Operacional	Assistente Operacional	23

LAR DE VILA FERNANDO

GRUPO DE PESSOAL	CARREIRA	CATEGORIA/CARGO	Nº DE LUGARES
TÉCNICO SUPERIOR	Técnico Superior	Técnico Superior	1
TÉCNICO	Assistente Técnico	Assistente Técnico	1
OPERACIONAL	Assistente operacional	Assistente Operacional	19